

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Relatório do auditor independente

Informações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2024

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Informações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2024

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às determinações legais, submetemos a apreciação de V. Sas. às Informações Financeiras Intermediárias da Companhia Província de Securitização ("Companhia"), relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre Informações Financeiras Intermediárias.

A Companhia mantém um nível de endividamento e fluxo de recebíveis compatível com suas obrigações.

Até 30 de junho de 2024, a Companhia realizou a emissão e distribuição de 107 (cento e sete) emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), com valor total de R\$ 6.500.339 e 15 (quinze) emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), com valor total de R\$ 1.412.603.

Estão ativas em 30 de junho de 2024, 75 (setenta e cinco) emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários, com valor total de R\$ 5.656.559 e 14 (quatorze) emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, com valor total de R\$ 1.362.603.

Estão ativas em 30 de junho de 2024 as seguintes séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários:

Data	Emissão	Serie	Quantidade de CRI	Volume de emissão CRI
12/05/2020	3	10	15.000	15.000.000
28/05/2020	3	12	7.000	7.000.000
21/08/2020	3	14	25.000	25.000.000
21/08/2020	3	15	25.000	25.000.000
28/09/2020	3	19	27.000	27.000.000
15/10/2020	3	20	32.400	32.400.000
15/10/2020	3	21	8.100	8.100.000
23/10/2020	3	22	37.500	37.500.000
23/10/2020	3	23	37.500	37.500.000
23/10/2020	3	25	9.750	9.750.000
22/12/2020	3	27	35.000	35.000.000
22/12/2020	3	28	35.000	35.000.000
15/02/2021	3	29	32.000	32.000.000
18/02/2022	3	33	75.000	75.000.000
19/10/2021	3	37	6.200	6.200.000
18/06/2021	3	38	27.000	27.000.854
18/06/2021	3	39	3.000	3.003.276
01/09/2021	3	45	101.937	101.937.000
01/09/2021	3	46	25.484	25.484.000
18/06/2021	3	47	80.000	80.000.000
17/12/2021	3	49	45.000	45.000.000

05/04/2024	3	57	20.000	20.000.000
01/12/2021	3	50	90.000	90.000.000
23/03/2022	3	52	85.000	85.000.000
10/12/2021	3	53	28.000	28.000.000
28/04/2022	3	55	6.000	6.000.000
20/04/2022	3	56	10.000	10.000.000
16/08/2022	4	1	26.100	26.100.000
27/05/2022	5	1	30.500	30.500.000
04/10/2022	6	1	44.000	44.000.000
03/11/2022	7	1	18.500	18.500.000
29/06/2022	8	1	35.300	35.300.000
29/06/2022	9	1	33.000	33.000.000
18/12/2023	9	2	5.000	5.000.000
08/09/2022	11	1	10.000	10.000.000
08/09/2022	11	2	10.000	10.000.000
27/07/2022	13	1	100.000	100.000.000
27/07/2022	13	2	100.000	100.000.000
11/05/2023	14	1	26.500	26.500.000
30/06/2023	15	1	36.000	36.000.000
18/08/2022	16	1	36.900	36.900.000
18/08/2022	16	2	43.100	43.100.000
01/11/2022	17	1	18.600	18.600.000
17/10/2022	18	1	65.000	65.000.000
22/08/2022	19	1	15.500	15.500.000
22/08/2022	19	2	17.307	17.307.000
19/09/2022	20	1	50.000	50.000.000
09/12/2022	21	1	22.500	22.500.000
20/10/2022	22	1	12.200	12.200.000
20/10/2022	22	2	6.000	6.000.000
15/12/2022	24	1	55.000	55.000.000
25/08/2023	24	2	20.000	20.000.000
20/12/2023	25	1	50.742.451	50.742.451
20/12/2023	25	2	12.685.612	12.685.612
03/11/2022	27	1	60.000	60.000.000
24/10/2022	28	1	13.400	13.400.000
08/05/2024	28	2	21.500	21.500.000
30/06/2023	29	1	9.849	9.849.000
30/06/2023	29	2	1.094	1.094.000
04/08/2023	29	3	4.058	4.058.000
04/08/2023	29	4	450	450.000
29/09/2023	29	5	4.149	4.149.000
29/09/2023	29	6	461	461.000
28/12/2023	29	7	8.937	8.937.000
28/12/2023	29	8	993	993.000
03/03/2023	30	1	253.347	253.347.000
03/03/2023	30	2	23.844	23.844.000
03/03/2023	30	3	20.865	20.865.000
30/06/2023	31	1	149.542	149.542.000

30/06/2023	31	2	8.797	8.797.000
30/06/2023	31	3	17.593	17.593.000
21/07/2023	32	1	22.000	22.000.000
15/08/2023	34	1	26.000	26.000.000
10/08/2023	35	1	44.736.666	44.736.666
10/08/2023	35	2	5.263.334	5.263.334
10/08/2023	35	3	2.631.580	2.633.209
11/09/2023	35	4	35.789.334	35.789.334
11/09/2023	35	5	4.210.666	4.210.666
11/09/2023	35	6	2.509.050	2.507.422
19/12/2023	36	1	23.609	23.609.000
06/03/2024	37	1	46.154	46.154.000
06/03/2024	37	2	22.500	22.500.000
06/03/2024	37	3	22.500	22.500.000
09/11/2023	38	1	70.000	70.000.000
17/10/2023	39	1	250.000	250.000.000
17/10/2023	39	2	103.106	103.106.000
17/10/2023	39	3	39.235	39.235.000
15/01/2024	40	1	96.101	96.101.000
15/01/2024	40	2	5.339	5.339.000
15/01/2024	40	3	5.339	5.339.000
28/12/2023	41	1	28.500	28.500.000
24/01/2024	42	1	28.000	28.000.000
05/12/2023	44	1	12.156	12.156.000
05/12/2023	44	2	20.044	20.044.000
24/11/2023	45	1	25.582.499	25.582.499
24/11/2023	45	2	4.796.718	4.796.718
24/11/2023	45	3	1.673.195	1.673.195
21/12/2023	45	4	24.434.490	24.434.490
21/12/2023	45	5	4.581.466	4.581.466
21/12/2023	45	6	1.560.914	1.560.914
18/01/2024	46	1	48.500	48.500.000
11/01/2024	47	1	54.300	54.300.000
25/04/2024	48	1	86.959	86.959.000
25/04/2024	48	2	202.905	202.905.000
25/04/2024	48	3	51.152	51.152.000
03/05/2024	49	1	10.500	10.500.000
03/05/2024	50	1	37.200	37.200.000
24/04/2024	52	1	16.000	16.000.000
23/01/2024	53	1	25.000	25.000.000
31/01/2024	54	1	32.000	32.000.000
31/01/2024	54	2	8.000	8.000.000
15/04/2024	55	1	48.614.805	48.614.805
15/04/2024	55	2	12.153.702	12.153.702
20/02/2024	56	1	88.000.000	88.000.000
20/02/2024	56	2	16.500.000	16.500.000
20/02/2024	56	3	5.500.000	5.500.000
15/04/2024	57	1	633.835	633.835.000

15/04/2024	57	2	66.516	66.516.000
15/04/2024	57	3	299.649	299.649.000
24/04/2024	58	1	12.500	12.500.000
24/04/2024	58	2	12.500	12.500.000
24/04/2024	58	3	5.000	5.000.000
24/04/2024	58	4	5.000	5.000.000
21/06/2024	59	1	10.432	10.432.000
27/05/2024	60	1	10.000	10.000.000
22/05/2024	63	1	160.000.000	160.000.000
22/05/2024	63	2	30.000.000	30.000.000
22/05/2024	63	3	10.000.000	10.000.000
23/05/2024	64	1	63.300	63.300.000
23/05/2024	64	2	44.640	44.640.000
23/05/2024	65	1	48.400	48.400.000
17/06/2024	66	1	34.961	34.961.000
25/06/2024	67	1	60.000	60.000.000

Estão ativas em 30 de junho de 2024 as seguintes séries de Certificados de Recebíveis do Agronegócio:

Data	Emissão	Série	Quantidade de CRI	Volume de emissão CRI
27/09/2021	1	1	32	31.500
06/12/2021	2	1	100	100.000
29/04/2022	3	1	21	21.103
16/12/2022	4	1	500	500.000
27/09/2022	6	1	35	35.000
27/09/2022	6	2	15	15.000
15/12/2023	7	1	70	70.000
09/11/2022	8	1	50	50.000
28/02/2023	9	1	20	20.000
28/02/2023	9	2	30	30.000
23/03/2023	10	1	150	150.000
23/03/2023	11	1	150	150.000
09/11/2023	12	1	50	50.000
25/03/2024	13	1	50	50.000
12/06/2024	14	1	40	40.000
30/04/2024	15	1	50	50.000

A Companhia apresentou no trimestre findo em 30 de junho de 2024 um lucro líquido de R\$ 2.370 (R\$ 741 em 30 de junho de 2023). O patrimônio líquido da Companhia em 30 de junho de 2024 é de R\$ 6.246 (R\$ 4.475 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia permanece concentrando seus esforços, em estudos para identificar oportunidades de negócios e em prospecção no mercado imobiliário.

Os recursos para garantir a sua continuidade operacional foram, a partir deste ano, providos de suas atividades como securitizadora.

Informamos que a auditoria externa realizou no trimestre findo em 30 de junho de 2024 exclusivamente o trabalho de auditoria das demonstrações financeiras.

A administração permanece ao inteiro dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos desejados.

São Paulo, 1º de agosto de 2024.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia Província de Securitização
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Província de Securitização ("Companhia"), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstração Intermediária do Valor Adicionado (DVA)

Revisamos também a demonstração intermediária do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e considerada informação suplementar pela IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais (ITR), com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias, e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações intermediárias do valor adicionado, individual e consolidada, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

São Paulo, 1º de agosto de 2024.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	30/06/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.120	1.349
Clientes	5	66	13
Impostos a recuperar	6	3.542	3.731
Adiantamentos salariais		4	9
Outros valores a receber	7	39	111
		<u>6.771</u>	<u>5.213</u>
Não circulante			
Depósito em caução		2	2
Imobilizado	9	76	56
		<u>78</u>	<u>58</u>
Total do ativo		<u>6.849</u>	<u>5.271</u>

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Nota Explicativa	30/06/2024	31/12/2023
Circulante			
Dividendos a pagar		-	267
Fornecedores		106	49
Obrigações trabalhistas	10	270	176
Impostos e contribuições a recolher	11	74	209
Outras obrigações	12	153	95
		<u>603</u>	<u>796</u>
Patrimônio líquido	15		
Capital Social		820	820
Reservas de lucros		-	-
Legal		164	164
Reserva de lucros a distribuir		-	-
Estatutária		2.892	3.491
Lucro do período		2.370	-
		<u>6.246</u>	<u>4.475</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>6.849</u>	<u>5.271</u>

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Demonstrações do resultado

Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	De 01/04/2024 a 30/06/2024	De 01/01/2024 a 30/06/2024	De 01/04/2023 a 30/06/2023	De 01/01/2023 a 30/06/2023
Receita bruta					
Prestação de serviços	16	2.108	3.821	1.284	2.346
Deduções da receita					
Impostos sobre serviços	16	(199)	(359)	(125)	(230)
		<u>1.909</u>	<u>3.462</u>	<u>1.159</u>	<u>2.116</u>
Receitas/(despesas) operacionais					
Salários, encargos sociais e benefícios	17	(704)	(1.428)	(601)	(1.194)
Serviços de terceiros	18	(487)	(929)	(291)	(572)
Anúncios e publicações		-	-	-	10
Locação de salas		(33)	(52)	(13)	(25)
Cartórios		(1)	(1)	(8)	(10)
Comunicação		-	-	(12)	(23)
Outras despesas administrativas		(24)	(75)	(31)	(75)
Despesas tributárias		(60)	(88)	(104)	(114)
Outras receitas (despesas) operacionais		205	296	76	154
		<u>(1.104)</u>	<u>(2.277)</u>	<u>(984)</u>	<u>(1.849)</u>
Resultado financeiro	19				
Receitas financeiras		1.069	2.390	462	840
Rendas de títulos de renda fixa		<u>1.069</u>	<u>2.390</u>	<u>462</u>	<u>840</u>
Despesas financeiras		(1)	(2)	(1)	(1)
Juros e correção monetária		<u>(1)</u>	<u>(2)</u>	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
		<u>1.068</u>	<u>2.388</u>	<u>461</u>	<u>839</u>
Resultado antes dos impostos		<u>1.873</u>	<u>3.573</u>	<u>636</u>	<u>1.106</u>
Imposto de Renda	13	(462)	(881)	(153)	(265)
Contribuição Social	13	(169)	(322)	(57)	(100)
Resultado líquido dos períodos		<u><u>1.242</u></u>	<u><u>2.370</u></u>	<u><u>426</u></u>	<u><u>741</u></u>
Lucro por ação	15	0,0015	0,0029	0,0005	0,0009

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	De 01/04/2024 a 30/06/2024	De 01/01/2024 a 30/06/2024	De 01/04/2023 a 30/06/2023	De 01/01/2023 a 30/06/2023
Resultados do período	<u>1.242</u>	<u>2.370</u>	<u>426</u>	<u>741</u>
Resultados abrangentes do período	<u>1.242</u>	<u>2.370</u>	<u>426</u>	<u>741</u>

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucro a distribuir	Lucro acumulado	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	820	164	2.586	-	3.570
Lucro líquido do período	-	-	-	741	741
Destinação do lucro: Dividendos distribuídos	-	-	(823)	-	(823)
Saldos em 30 de junho de 2023	<u>820</u>	<u>164</u>	<u>1.763</u>	<u>741</u>	<u>3.488</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	820	164	3.491	-	4.475
Lucro líquido do período	-	-	-	2.370	2.370
Destinação do lucro: Dividendos distribuídos	-	-	(599)	-	(599)
Saldo em 30 de junho de 2024	<u>820</u>	<u>164</u>	<u>2.892</u>	<u>2.370</u>	<u>6.246</u>

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	De 01/01/2024 a 30/06/2024	De 01/01/2023 a 30/06/2023
Atividades operacionais		
Lucro líquido do período	2.370	741
Depreciação	9	7
	<u>2.379</u>	<u>748</u>
Variações dos ativos e passivos		
Clientes	(54)	57
Tributos a recuperar	189	373
Adiantamentos salariais	5	-
Outros valores a receber	72	(63)
Fornecedores	57	(18)
Obrigações trabalhistas	94	65
Obrigações tributárias	(135)	(897)
Outras obrigações	59	23
	<u>287</u>	<u>(460)</u>
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	<u>2.666</u>	<u>288</u>
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(28)	(7)
Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimentos	<u>(28)</u>	<u>(7)</u>
Atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(866)	(1.026)
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	<u>(866)</u>	<u>(1.026)</u>
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.771</u>	<u>(745)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.349	1.671
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.120	926
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.771</u>	<u>(745)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Demonstrações do valor adicionado

Períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	De 01/01/2024 a 30/06/2024	De 01/01/2023 a 30/06/2023
Receitas		
Prestação de serviços	3.821	2.346
	<u>3.821</u>	<u>2.346</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia e outros	(53)	(106)
Serviços de terceiros	(929)	(543)
	<u>2.839</u>	<u>1.697</u>
Valos adicionado bruto		
Retenções	(9)	(7)
Depreciação		
	<u>2.830</u>	<u>1.690</u>
Valos adicionado líquido		
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.388	841
Outras receitas	299	157
	<u>5.517</u>	<u>2.688</u>
Valor adicionado a distribuir		
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	823	641
Benefícios	342	346
FGTS	61	45
Outros	1	7
Impostos, taxas e contribuições		
Federal e municipal	1.852	869
Remuneração de capital de terceiros		
Aluguéis	66	38
Despesas bancárias	2	1
Remuneração do capital próprio		
Lucro do período	2.370	741
	<u>5.517</u>	<u>2.688</u>
Valor distribuído		

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Para o trimestre findo em 30 de junho 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Província de Securitização ("Companhia"), sociedade por ações com registro de companhia securitizadora perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), categoria S1, sob o número 1942-9, e devidamente autorizada a funcionar como companhia securitizadora nos termos da Resolução CVM nº 60 e alterações posteriores, foi constituída em 18 de outubro de 2000, e tem por objeto social: a) a aquisição e a securitização de direitos creditórios e/ou créditos hipotecários, imobiliários do agronegócio e de créditos oriundos de operações imobiliárias, de valores mobiliários lastreados em direitos de crédito e créditos do agronegócio, créditos imobiliários e assim compreendida a compra, venda e prestação de garantias em créditos hipotecários e, imobiliários e do agronegócio; bem como e de créditos oriundos de operações de empréstimo, de financiamento e de arrendamento mercantil contratados com bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias; b) a prestação de serviços referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e de créditos oriundos de operações imobiliárias e do agronegócio; c) a emissão e colocação, de forma pública ou privada, no mercado financeiro e de capitais, de Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRIs"), e Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRAs"), ou de qualquer outro título de crédito ou valores mobiliários lastreados em direitos creditórios e/ou créditos do agronegócio ou imobiliários compatível com suas atividades; e de outros títulos de crédito; d) a realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com as atividade de securitização de direitos creditórios e/ou créditos do agronegócio e créditos imobiliários e hipotecários, incluindo, mas não se limitando, a emissões de CRI e CRA, a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios e/ou créditos do agronegócio e créditos imobiliários e hipotecários, bem como a realização de operações em mercados de derivativos, incluindo mas não se limitando a digitação de títulos em sistema de mercado de balcão, administração, recuperação e alienação de direitos de crédito e/ou créditos; e) a realização de operações de hedge em mercados de derivados visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos e/ou direitos creditórios do agronegócio, imobiliários e hipotecários e f) exercer a atividade de agente fiduciário em emissão de Letra Imobiliária Garantida (LIG).

A Companhia teve deferido, em observância ao Art. 56. da Resolução CVM nº 80, o pedido de cancelamento do registro de companhia aberta, categoria B.

Conforme previsto pela Lei nº 9.514/97 e alterações posteriores, as empresas securitizadoras de crédito imobiliário estão obrigadas a manter contabilidade individualizada por projeto. Desta forma, os procedimentos contábeis aplicáveis às operações de securitização de recebíveis imobiliários da Companhia, nas quais tenha sido instituído regime fiduciário e que não tenham garantia da Companhia, estão adequadas as normas que tratam da divulgação de demonstrações contábeis independentes para as emissões de CRIs e implica na desvinculação completa das contas contábeis relativas a operações em questão, das demonstrações contábeis da Companhia.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Para o trimestre findo em 30 de junho 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações contábeis da Companhia passam a refletir a total independência e autonomia existentes entre o patrimônio separado e o patrimônio da Companhia.

2. Base de elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias

(a) Base de apresentação

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base na Lei nº 6.404/76, complementada pelas alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e nos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e deliberados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a Companhia.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2024 foram aprovadas pela Administração da Companhia em 1º de agosto de 2024.

Novas normas e interpretações

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis anuais da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26 (R1), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para os períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os direitos creditórios existentes podem exigir renegociação.

Não é esperado que essas alterações tenham impacto nas informações contábeis trimestrais da Companhia.

(b) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, tanto no balanço patrimonial da Companhia, quanto nos patrimônios em separados de cada Certificado de Recebíveis Imobiliários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A Companhia está sujeita no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidos contra a Companhia poderão ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Para o trimestre findo em 30 de junho 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não é possível garantir que essas autoridades não atuarão a Companhia, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado, tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das informações contábeis intermediárias foram basicamente as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios. As receitas compreendem substancialmente o valor presente pela prestação de serviços. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a execução dos serviços realizados até a data base destas informações contábeis intermediárias.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Outros ativos e passivos circulantes

Demonstrados pelos valores de custo de aquisição incluindo os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) auferidos e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização. Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados à Companhia, e o seu valor pode ser mensurado com segurança. Já o passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação oriunda de eventos passados, com probabilidades de que um recurso seja requerido para liquidação desta obrigação.

d) Instrumentos financeiros

d.1) Classificação e mensuração

A Companhia classifica suas aplicações financeiras sob a categoria de títulos para negociação, mensuradas pelo valor justo através do resultado. A administração determinou a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial com base na finalidade para o qual os ativos financeiros foram adquiridos.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Para o trimestre findo em 30 de junho 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d.2) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Os ativos dessa categoria são mensurados pelo valor justo, os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no seu valor justo são registrados diretamente no resultado.

e) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240, e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor.

Impostos a recuperar são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos referidos impostos retidos na fonte.

f) Baixa de ativos

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos são transferidos a terceiros:

- 1) Se a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros - securitização de ativos na qual o cedente não retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares - os ativos securitizados são removidos do balanço;
- 2) Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - securitização de ativos na qual o cedente retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares venda de ativos financeiros - os ativos securitizados não são removidos do balanço, sendo reconhecido um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida.

g) Lucro ou prejuízo por ação

O lucro ou prejuízo por ação é apurado mediante a divisão do resultado líquido da Companhia pela quantidade média ponderada de ações existentes no período.

h) Apresentação das informações por segmentos

A Companhia atua única e exclusivamente no segmento de securitização de recebíveis imobiliários e do agronegócio, motivo pelo qual não se aplica a apresentação das informações de segmentação requeridas pelo CPC 22.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Para o trimestre findo em 30 de junho 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

i) Passivos contingentes

Contingências passivas são reconhecidas nas informações contábeis intermediárias quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, quando considerados relevantes, são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras de liquidez imediata	<u>3.120</u>	<u>1.349</u>
	<u>3.120</u>	<u>1.349</u>

5. Clientes

	30/06/2024	31/12/2023
Serviços prestados a receber	<u>66</u>	<u>13</u>
	<u>66</u>	<u>13</u>

Os valores a receber de clientes referem ao faturamento de prestação de serviços de gestão na emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários e dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio.

6. Tributos a recuperar

	30/06/2024	31/12/2023
IRRF, PIS, COFINS e CSLL retidos (i)	<u>1.988</u>	<u>2.173</u>
Saldo credor de exercícios anteriores	<u>1.554</u>	<u>1.558</u>
	<u>3.542</u>	<u>3.731</u>

(i) Os impostos retidos se referem a: IRRF sobre aplicações financeiras no montante de R\$ 1.021 (Em 31 dezembro de 2023, R\$ 2.161); IRRF sobre serviços prestados no montante de R\$ 26 (Em 31 dezembro de 2023, R\$ -); CSLL retida no montante de R\$ 10 (Em 31 dezembro de 2023, R\$ -); Cofins retido no montante de R\$ 10 (Em 31 dezembro de 2023, R\$ 10); e PIS retido no montante de R\$ 2 (Em 31 dezembro de 2023, R\$2).

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Para o trimestre findo em 30 de junho 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Outros valores a receber

	30/06/2024	31/12/2023
Valores a receber dos patrimônios separados (i)	39	111
	<u>39</u>	<u>111</u>

(i) Referem-se a valores pagos com caixa proprietário relacionado com as operações de Certificado de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio que serão reembolsados pelos patrimônios separados e/ou partes envolvidas nas emissões, tais como cedentes, devedores e investidores.

8. Transação com partes relacionadas

Durante o trimestre findo em 30 de junho de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia prestou serviços de administração para os Patrimônios Separados, cujo valores estão demonstrados na Nota Explicativa nº 16.

A Companhia não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da administração.

9. Imobilizado

O saldo do imobilizado é composto de:

a) Imobilizado de uso:

	Taxa de Depreciação Anual	Saldo 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo 30/06/2024
Imobilizado					
Computadores e periféricos	20%	82	28	-	110
Imobilizado		82	28	-	110
	Taxa de Depreciação Anual	Saldo 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo 31/03/2024
Depreciações					
Computadores e periféricos	20%	(26)	(9)	-	(35)
Depreciações		(26)	(9)	-	(35)
Imobilizado líquido		56	20	-	76

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Para o trimestre findo em 30 de junho 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Obrigações trabalhistas

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão de férias e de 13º salário	163	102
INSS e FGTS sobre férias e 13º salário a recolher	57	35
INSS e FGTS sobre salários a recolher	50	39
	<u>270</u>	<u>176</u>

11. Obrigações tributárias

O saldo de impostos e contribuições a recolher é assim composto:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão de contribuição social	-	134
COFINS, PIS e ISS a recolher	63	60
IRRF sobre salários	11	14
Impostos retidos no pagamento de terceiros	-	1
	<u>74</u>	<u>209</u>

12. Outras obrigações

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Recebimentos antecipados de custos dos Patrimônios		
Separados	153	60
Outros credores	-	35
	<u>153</u>	<u>95</u>

13. Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro

As composições das despesas de imposto de renda e de contribuição social nos trimestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 encontram-se resumidas a seguir:

	<u>30/06/2024</u>		<u>30/06/2023</u>	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	<u>3.573</u>	<u>3.573</u>	<u>1.106</u>	<u>1.106</u>
Adições/Exclusões	-	-	3	3
Resultado antes da compensação do prej. fiscal, base de cálculo negativa	<u>3.573</u>	<u>3.573</u>	<u>1.109</u>	<u>1.109</u>
Resultado tributado	<u>3.573</u>	<u>3.573</u>	<u>1.109</u>	<u>1.109</u>
Imp. de renda - Alíquota 15%	(536)	-	(166)	-
Imp. de renda - Alíquota 10%	(345)	-	(99)	-
Contribuição social - alíquota 9%	-	(322)	-	(100)
	<u>(881)</u>	<u>(322)</u>	<u>(265)</u>	<u>(100)</u>

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Para o trimestre findo em 30 de junho 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Os consultores jurídicos da Companhia não identificaram a existência de riscos tributários, cíveis e trabalhistas que tenham prognóstico de perda provável, ou risco tributários com risco de perda mais provável que as chances de êxito à luz do ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de tributos sobre o lucro.

15. Patrimônio líquido

O capital social está representado por 820.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal e totalmente integralizadas.

Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na legislação aplicável, do Estatuto Social e Acordos de Acionistas.

O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo remanescente dos resultados apurados em cada exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados, terão a seguinte destinação: (a) 5% para a constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (b) 10% serão distribuídos aos acionistas a título de dividendos obrigatórios e (c) o saldo ficará à disposição da Assembleia Geral.

Durante o trimestre findo em 30 de junho de 2024 foram distribuídos R\$ 267 na forma de dividendos mínimo obrigatório e o montante de R\$ 599 relativos a lucros de exercícios anteriores.

Em atendimento ao CPC 41(IAS 33) aprovado pela Resolução CVM nº 113 - Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os trimestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico:

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Lucro básico por ação		
Numerador:		
Lucro líquido do período	2.370	741
Média ponderada do número de ações	820.000	820.000
Lucro líquido básico por ação	0,0029	0,0009

Em 30 de junho de 2024 não foi destinado o resultado, pois o mesmo será realizado apenas ao fim do exercício de 2024 se a mesma permanecer com lucro, o mesmo aconteceu em 30 de junho de 2023 onde o resultado foi reconhecido e distribuído apenas no final do exercício.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Para o trimestre findo em 30 de junho 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Receita operacional líquida

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Receita de securitização	3.821	2.346
(-) Despesa com COFINS	(27)	(16)
(-) Despesa com PIS	(164)	(100)
(-) Despesa com imposto sobre serviços	(168)	(114)
Totais	<u>3.462</u>	<u>2.116</u>

17. Salários, encargos sociais e benefícios

A despesa com salários, encargos sociais e benefícios é composta das seguintes contas:

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Salários	(466)	(433)
Pró-labore	(110)	(97)
Bônus	(92)	-
Aviso prévio, férias e 13º salário indenizados	(10)	-
Provisão de férias e de 13º salário	(128)	(87)
INSS e FGTS sobre folha	(241)	(181)
INSS e FGTS sobre provisão de férias e 13º salário	(22)	(25)
Assistência médica	(146)	(203)
Programa de alimentação ao trabalhador	(192)	(139)
Seguro de vida	(1)	(2)
Auxílio educação	(16)	(24)
Vale transporte	(1)	(3)
Assistência Odontológica	(3)	-
Totais	<u>(1.428)</u>	<u>(1.194)</u>

18. Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros é composta das seguintes contas:

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Contabilidade	(15)	(15)
Auditoria	(59)	(12)
Jurídicas	(130)	(22)
Assessoria e consultoria	(557)	(386)
CETIP	(57)	(21)
Custódia	-	(1)
Escrituração de CRI	(31)	(41)
Informática	(63)	(54)
Outros serviços de terceiros	(17)	(20)
Totais	<u>(929)</u>	<u>(572)</u>

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Para o trimestre findo em 30 de junho 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro é composto das seguintes contas:

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Receitas de aplicações financeiras	99	34
Outras receitas (despesas) financeiras	2.291	807
Despesas com tarifas bancárias	(2)	(2)
Totais	<u>2.388</u>	<u>839</u>

20. Informações sobre emissão de certificados de recebíveis imobiliários e certificados de recebíveis do agronegócio

Em 23 de dezembro de 2021 foi publicada a Resolução CVM nº 60, que dispõe sobre as companhias securitizadora de direitos creditórios registradas na CVM e revoga as Instruções CVM nºs 414, de 30 de dezembro de 2004, 443, de 08 de dezembro de 2006, 600, de 1º de agosto de 2018, e 603, de 31 de outubro de 2018 que entrou em vigor a partir de 2 de maio de 2022, e dispõe sobre as demonstrações contábeis dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários, devendo ser apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos patrimônios separados regidos pela Lei nº 9.514/97 do artigo 50 da Resolução CVM nº 60/2021 as quais incluem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e demais normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários CVM que requer que as Securitizadoras considerem cada patrimônio separado, não consolidado, como uma entidade que reporta.

Em atendimento a essa disposição, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia deixou de fazer constar nas suas notas explicativas, as demonstrações contábeis vinculadas aos patrimônios separados por ela instituídos, passando a disponibilizá-las em sua página na rede mundial de computadores, em até três meses após o encerramento do exercício social, o qual foi estabelecido como sendo 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano, para todos os patrimônios separados ativos naquela data conforme determinado pelo Termo de Securitização.

21. Eventos subsequentes

A Administração não identificou eventos subsequentes que pudessem modificar as informações contábeis trimestrais apresentadas em 30 de junho de 2024.